



**Exma. Sra. Relatora da Audição sobre a Resolução
nº 87/2014 - Aprofundar a proteção das crianças,
das famílias e promover a natalidade
Dra. Diana Ferreira**

Porto, janeiro de 2015

Assunto: Audição Comissão Educação, Ciência e Educação sobre a Resolução nº 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade

A FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis reconhece a pertinência do tema e vem por este meio enviar o seu contributo relativamente ao assunto acima referido. A promoção de políticas públicas para o incentivo à natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias deve ter enfoque no desenvolvimento de medidas que potenciem a capacitação, valorização e reconhecimento da cidadania plena dos jovens, em suma, da sua **emancipação**.

Ao contrário do que muitas vezes surge no discurso político, os/as jovens não podem continuar a ser perspetivados como cidadãos adiados, com as suas realizações enquanto pessoas projetadas num futuro a prazo incerto – devem sim ser considerados cidadãos de plenos direitos com necessidades próprias, cujos projetos de vida não podem ser indefinidamente suspensos. Só dessa forma se poderão realizar enquanto pessoas, homens e mulheres com aspirações múltiplas, nomeadamente familiares e reprodutivas.

Por emancipação jovem entende-se o momento em que se dá o “corte do cordão umbilical” no qual os/as jovens deixam de estar dependentes dos pais. Tal emancipação só é possível quando os/as jovens conseguem ter acesso a habitação própria e a emprego, pressupostos decisivos para a realização das suas pretensões.

Sociologicamente, a emancipação jovem permite o acesso à plena cidadania política e social, sendo um direito inalienável nas sociedades democráticas.

Contudo, é indiscutível que a idade da emancipação tem vindo a aumentar drasticamente, fenómeno associado às dificuldades económicas que o país vive. A juventude portuguesa corresponde a uma franja da população que sente com maior intensidade o impacto negativo e profundo das vicissitudes do contexto económico e social que atualmente vivemos. De facto, os jovens vêm condicionado e, muitas vezes, negado o acesso ao mercado de trabalho, o que pode levar ao adiamento da constituição de uma família.



Quanto mais tarde surge a saída da casa dos pais, mais tarde começa o projeto familiar. Este impacto da emancipação tardia tem consequências muito desfavoráveis na evolução demográfica do nosso país.

Para além da taxa de desemprego jovem ser aflitiva, muitos dos jovens que trabalham estão em situações de precariedade (contratos a termos, “biscates” e a regime de contratação a recibos verdes) o que condiciona o acesso a habitação própria e à sua emancipação.

A facilitação de uma bem-sucedida transição da escola para o trabalho e a melhoria das perspetivas profissionais são mais urgentes do que nunca, já que corremos o risco de, no contexto da crise atual, haver uma geração perdida, manifestando-se, consequentemente, em cada vez menores taxas de natalidade. A falta emprego, de oportunidades e de proteção social a jovens desempregados/as é, inquestionavelmente, um fator que adia o projeto de reprodução.

As medidas legislativas devem ser transversais e incidir em diferentes vetores, tais como: Saúde; Educação; Habitação; Emprego; Mobilidade, Participação cívica e Políticas de Igualdade de Género.

Saúde:

- Garantia de acesso gratuito para todos/as a serviços de saúde e de aconselhamento (isenção de taxas moderadoras);
- Tratamentos médicos gratuitos em caso de infertilidade;
- Tratamentos médicos para procriação medicamente assistida para qualquer mulher maior de idade, independentemente da sua orientação sexual;
- Campanhas de informação e sensibilização (sobre efeitos nocivos do tabaco, álcool, drogas; Infecções Sexualmente Transmissíveis; planeamento familiar; causas de infertilidade);
- Atribuição obrigatória e imediata de um médico de família a grávidas e para aquelas que pretendam engravidar;

Educação:

A escola não é só uma instituição onde os/as jovens investem uma grande parte da vida e onde seguem um programa educativo oficial, como também é um lugar em que se formam muitas de suas perspetivas e opiniões sobre a vida e a sociedade. É fundamental que a escola incuta os valores da participação cívica e da democracia.

A intervenção precoce reveste-se de extrema importância no auxílio a jovens em risco e deve começar na educação pré-escolar, seguida de um apoio contínuo durante a escolaridade obrigatória com o objetivo de incentivá-los a obter um diploma secundário/superior. Esta qualificação é considerada como o requisito mínimo para



poder ter sucesso na procura e manutenção de um emprego, bem como para a continuação da formação dentro e fora do mercado de trabalho.

A crise evidenciou que um dos problemas estruturais no mercado de trabalho dos jovens se relaciona com o facto de muitos deixarem o sistema educativo sem um diploma reconhecido ou sem qualificações que vão ao encontro das necessidades do mercado de trabalho.

Por outro lado, o desajuste da oferta do ensino público (e também privado) às reais necessidades da economia/sociedade tem de ser verdadeiramente repensado e devidamente planeado.

É essencial que seja dada uma segunda oportunidade a jovens que abandonam precocemente o ensino através de formações diversas, como no âmbito das novas tecnologias de informação, e através de uma aposta clara em cursos profissionalizantes.

Deve ainda ser promovido, dentro das comunidades, um espírito de solidariedade, fomentando relações sociais que rejeitem os juízos morais e a segregação, com especial enfoque para abordagem que incide sobre conceitos diferentes de família.

Habitação

- O arrendamento jovem (exemplo do Porta 65) é ainda um processo muito burocratizado. O governo deve apostar e incentivar programas que promovem estilos de vida mais autónomos por parte de jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem. Deverá ainda prever incentivos para jovens que pretendam:

a) A reabilitação de edifícios degradados para habitação própria;

b) Ter acesso ao mercado de arrendamento nos centros urbanos.

- Possibilitar aos jovens condições para que tenham acesso a adquirir habitação própria.

Emprego

- É essencial o reconhecimento pelas entidades empregadoras dos direitos na maternidade e paternidade. É importante assegurar (através de fiscalizações) a proteção das mulheres grávidas contra eventuais despedimentos face à maternidade.

- Pagamento de subsídios de parentalidade a 100%.

- Combate à precariedade no emprego jovem, nomeadamente nos falsos recibos verdes.

- Reforço de políticas de igualdade no mercado de trabalho.

- Part-time para pai e mãe com crianças pequenas (até 6 anos), com possibilidade de redução de horas de trabalho;



- Promover campanhas de sensibilização em escolas para o fomento de uma mentalidade empreendedora e proativa, sendo o meio associativo juvenil um dos exemplos de fomento desse espírito de iniciativa e empreendedor em jovens.
- Reforço de medidas que promovam empregabilidade também no terceiro setor (exemplo dos estágios emprego nas associações juvenis);
- Prestar apoio às associações que criem emprego;

As associações juvenis são exemplos vivos da capacidade de empreendedorismo dos jovens, de espírito crítico e de mudança que se exigem atualmente. Através da contratação de profissionais nas associações juvenis, estará a ser encorajado o conhecimento e a experiência dos jovens em matéria de economia social, iniciativas de autoajuda comunitárias e cooperativas. Será, certamente, uma experiência que ultrapassará o mero campo profissional, e que terá repercussões na formação e desenvolvimento pessoal dos jovens que exerçam uma atividade profissional em associações juvenis, desenvolvendo nestes jovens o ideário do associativismo juvenil e os seus valores.

Mobilidade

- Programa Erasmus +, valorização das competências adquiridas na educação não formal no acesso ao mercado de trabalho;
- Políticas de acessibilidade nos transportes para jovens, através do alargamento do passe de estudante até mais tarde (uma vez que a entrada no mercado de trabalho surge cada vez mais tarde e com maiores dificuldades, os descontos para jovens nos transportes deveriam abranger uma idade mais avançada, até aos 30 anos, por exemplo) e criação do passe família.

Promoção da conciliação entre vida privada e profissional:

As políticas para a promoção de um maior equilíbrio entre o trabalho-vida privada preocupam-se com as oportunidades diferenciadas que as relações com o mundo do trabalho e emprego acarretam. Considera-se que não pode ficar a cargo do indivíduo e suas famílias a responsabilidade única de gerir de modo mais ou menos hábil este equilíbrio.

A qualidade da conciliação destas dimensões tem suscitado preocupações entre diferentes setores da sociedade europeia, nomeadamente nos países que enfrentam um envelhecimento populacional. As políticas do emprego para o equilíbrio entre a trabalho-vida privada não têm ressonância na maioria dos contextos de trabalho, quer públicos, quer privados, empresas ou organizações, ou seja, na existência de estilos de gestão para uma cultura de boas-práticas.

A luta pelo equilíbrio entre as solicitações dos dois mundos (trabalho-vida privada) não se circunscreve apenas às mulheres, ainda que seja sobre elas que ainda recai uma maior dificuldade de conciliação e uma sobrecarga que tem sido nomeada



há várias décadas como a dupla jornada. Esta questão é tanto mais relevante que, muitas vezes, mascaradas como boas práticas estão políticas de flexibilidade no emprego (e.g. part-time), que se traduzem em formas de precarização da relação com o emprego e na consequente diminuição de benefícios associados a uma estabilidade desejada. Estas questões afetam predominantemente mulheres.

A diminuição desta disparidade tem impacto na diminuição de custos associados à saúde e ao bem-estar, promove a melhoria das relações familiares e protege as crianças.

- Associativismo enquanto espaço privilegiado de emancipação pública

A Juventude deve assumir-se como uma força e esperança do presente e do futuro. Tal só acontecerá quando a juventude for encarada pelo poder político como um segmento da sociedade em posição privilegiada para o combate por um Portugal mais desenvolvido, mais justo e solidário.

É nesta linha que o associativismo juvenil se assume como um veículo primordial de integração na sociedade, capacitando os indivíduos para formas de participação na sociedade que, de outra forma, não estariam ao seu alcance. As associações permitem aos indivíduos exercer o seu direito de cidadania, em casos de marginalidade social são mesmo uma das poucas vias possíveis para alcançar essa cidadania, conseguindo organizar membros das comunidades locais que se vêem representadas por estruturas próximas, com as quais se identificam, e através delas podem ter uma voz e participação direta nos processos de decisão sobre a “coisa pública”. É, assim, expoente do incentivo dos valores de independência; assunção de responsabilidades; democracia participativa; voluntariado altruísta; dos valores e do respeito pelos Direitos Humanos.

Catalisador da energia empreendedora da juventude, o associativismo desempenha um papel formativo e pedagógico extraordinário, fomentando o espírito de participação cívica. As associações juvenis têm revelado ser um importante fator de desenvolvimento pessoal, mas também um imprescindível motor de desenvolvimento social. Ao darem protagonismo público a jovens e potenciando a sua participação e cultura participativa, contribuem para garantir os direitos de cidadania, reforçando a componente democrática da sociedade e a promoção da redução das disparidades económicas e sociais. O associativismo juvenil deve, pois, ser incentivado e apoiado através de políticas públicas que assumam como elemento central a emancipação jovem e de educação para uma cultura cidadã.

Ficamos disponíveis para qualquer esclarecimento adicional,
Com os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da FNAJ

/Dr. Júlio Oliveira/